

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS ATA DE REUNIÃO

No dia 12 de março de 2019, às 14h, na sala de reuniões da sede das Promotorias de Justiça de Nova Lima, foi realizada reunião para tratar de questões relativas aos moradores retirados de suas casas pela Vale. A reunião contou com a presença das Promotoras de Justiça Elva Cantero, Dra. Claudia e Renata Cerqueira, Defensoria Pública, gestores públicos municipais e estaduais, Defesa Civil, representantes da Vale e representantes da comunidade, incluindo pessoas que foram desalojadas de suas residências e atualmente hospedadas em hotéis. Após a apresentação dos presentes, a reunião teve início com a fala das Promotoras de Justiça, esclarecendo a pauta a ser tratada, qual seja, a apresentação pela Vale de listagem de pessoas retiradas de suas residências, a assessoria técnica independente responsável pela análise do Plano de Ação Emergencial, projeto de comunicação pela Vale,

No tocante à relação nominal dos desabrigados, representante da Vale informou que em virtude de erro material, a listagem não foi encaminhada e nem protocolada. Assim, a lista, juntamente com manifestação sobre planejamento pretendido, será encaminhada ainda hoje à Promotoria de Justiça, até o final da reunião. Segundo informado, o erro se deu quanto à data acordada entre Vale e Defesa Civil sobre a oportunidade em que as informações seriam repassadas para a comunidade. A Vale informou que no dia 14/03 (quinta-feira), às 19h, será realizada reunião ampliada em Macacos onde serão apresentados documentos relacionados à barragem da região, quais sejam laudos, planos, estudos, etc. Ainda segundo informado, a reunião servirá para esclarecer dúvidas e levar informações mais detalhadas aos moradores, ainda, que a data foi acordada junto aos munícipes. Foi solicitado por um dos moradores, representante da Associação Comunitária, que a Vale fizesse uma maior divulgação da reunião agendada, a fim de dar maior publicidade à Comunidade, oportunizando a presença dos interessados. Dra. Claudia, promotora de meio ambiente, pede que seja alterada a forma de treinamento e de publicização do plano emergencial, tendo em vista que o PAEBM anteriormente apresentado diz respeito à uma outra realidade fática, considerando que atualmente já houve a remoção de famílias. Ela pede agendamento de data, com urgência, para que os simulados e treinamentos sejam feitos. Registra que a apresentação não poderá ser ficta. Foi apontado pela Promotora de Justiça que as informações prestadas pela Vale não podem se dar sem concretude, sendo necessário apresentar respostas sobre treinamentos, oportunidade em que foi dado prazo para que a Vale apresente respostas até as 17h do dia 13/03. O prazo refere-se à necessidade de que a Vale acelere a apresentação de rotas de fuga, treinamentos e demais ações atinentes ao PAEBM. Foi reforçado pela Dra. Renata que a Vale deveria apresentar um projeto de ações de comunicação, onde contaria com datas e projetos, de modo que já se esperava a apresentação de algum material na data de hoje. Ademais, foi apontado que todo o plano deve ser apresentado ao Ministério Público. Sequencialmente, representante da Vale informou que as comunicações têm sido divulgadas no site e demais canais de comunicação. Foi informado pela Vale que foram afixadas informações nos hotéis e pousadas, contudo tal informação foi refutada pelos representantes da Comunidade. Representante da Vale solicitou que as reuniões CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS **HUMANOS - CAODH**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

realizadas na Promotoria de Justica de Nova Lima sirvam como ponto de referência, espécie de Fórum Permanente, para tratativa das demandas jurídicas de Macacos, a fim de evitar a criação de diversos espaços. Foi esclarecido que não haverá prejuízo a outras reuniões necessárias com instituições e representatividades diversas. Dra. Renata esclareceu que para dar objetividade e resolutividade às reuniões, é necessário que a pauta da reunião deve ser respeitada, sendo importante que a comunidade apresente suas pautas previamente, conforme prioridades, para que todos os assuntos sejam abordados. Em continuidade, representante da Vale informou que houve transferência de famílias do Hotel Ramada para o Hotel E-Suits Luxemburgo, e conforme anteriormente acordado, não houve nenhuma retirada de famílias sem prévia comunicação ao Ministério Público. Foi informado por Max da Comunidade que 0 hotel Savassi, apesar representantes encaminhamento da última reunião, permanece sem pessoa de referência da Vale. Uma das representantes da comunidade apontou que a Vale somente fornece transporte para trabalho, escola e atendimento médico. Representante do município de Nova Lima informou que já foram cadastradas pessoas podendo chegar a um número de 1200 pessoas. No tocante às questões referentes à escola, haverá diálogo entre Prefeitura de Nova Lima e Vale para encaminhamento dos documentos necessários. Em relação aos itens dois e três da pauta anterior, representante da Vale informa que no dia 14/03 haverá a realização de reunião com a comunidade, conforme anteriormente dito, a fim de levar todas as informações relacionadas à barragem de Macacos. Foi apontado que algumas pessoas desejam retornar para suas residências, sendo necessário definir um fluxo junto ao Ministério Público. O representante da Vale informou que as estadas de todas as pessoas residentes fora da área de auto salvamento serão mantidas até o dia 17/03 às 12h00min, oportunidade em que será oportunizado o transporte para que as pessoas retornem para suas residências, ainda, no tocante as pessoas residentes na zona de auto salvamento, a Vale providenciará moradias consideradas definitivas. Maria Tereza solicitou que constasse palavras atribuídas a Vale, apoiada pela comunidade, de que a empresa Vale reafirma que tem convicção que as pessoas podem voltar para a suas casas, de modo que a negativa de assessoria independente foi lida em reunião. Dra. Cláudia ressaltou que a Vale precisa apresentar perícia externa apontando a segurança de retorno para as residências, com base inclusive em ação civil pública, não havendo o que se discutir quanto ao retorno das famílias. Dra. Renata informou que todas as questões que dizem respeito ao retorno das famílias somente serão discutidas após ciência da decisão apontada pela Dra. Cláudia. Representante da Comunidade, fez um breve levantamento dos encaminhamentos da última reunião, apontando aqueles que não foram cumpridos. O último ponto de pauta, referente a escolha de local onde pretende-se a instalação da escola, foram apresentadas à Promotoria de Justiça dois locais, estando pendente a indicação de um terceiro. Neste ponto, informou-se que na próxima quinta-feira haverá uma explanação pelas Promotoras e Secretaria Municipal de Educação acerca dos encaminhamentos relacionados à educação, questionou-se ainda a possibilidade de realização de eleições aos finais de semana. Contudo, os presentes indicaram que é melhor a manutenção das eleições na quinta-feira, conforme previamente proposto. Representante das funcionárias da escola interditada pleiteiam o direito de também



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

votar para a escolha do novo local de instalação da escola. Dra. Renata, esclareceu que as eleições seguirão as normas já existentes.

Retornando ao ponto referente da ação civil pública, o advogado da Vale indicou que a liminar existente diz respeito à elaboração de estudo sobre a estabilidade da barragem. O Ministério Público e a Vale, informam que a ação citada foi distribuída sob o nº 5013909-51.2019.8.13.0024. Dra. Cláudia esclareceu que estudo referente a estabilidade da barragem, engloba também segurança de uma forma ampliada, com zona de auto salvamento e entorno. No tocante à auditoria pleiteada na última reunião, representantes da Vale informaram que a empresa não irá custear o estudo que ateste a segurança das residências de pessoas que estão atualmente alojadas em hotéis. O Defensor Público afirmou que participou de uma reunião, no dia 21/02, oportunidade em que representante da Vale informou que a empresa realizaria o estudo pleiteado. Representante dos moradores, líder da associação comunitária de Macacos, após informar que a economia da localidade se baseava no turismo, solicitou aporte financeiro aos moradores que ficaram desempregados em decorrência da retirada de famílias. Ainda, apontou que além do pagamento de auxílio emergencial são necessárias obras viárias de acesso. Representante da Vale informou que a empresa doará R\$5.000,00 a todos os moradores que estão na zona de autossalvamento, a coleta de dados para pagamento será iniciada hoje. Dra. Renata pontuou a necessidade de escolha de representantes dos desalojados, em número a ser definido, enquanto pela Vale poderão comparecerá três pessoas. Registra-se que a casa do Sr. Leonardo Luiz Avelar e família está interditada na área de autossalvamento conforme atestou representante da Defesa Civil.

Ao final foram estabelecidos os seguintes encaminhamentos:

- 1) Até as 17h do dia 13/03 a Vale deverá encaminhar uma reformulação com programação de urgência para todas as ações que no PAEBM estavam dispostas como de longo e médio prazo, tendo em vista o caráter emergencial da apresentação dos dados que no momento demanda iniciativas de curtíssimo prazo. A documentação fornecida será disponibilizada no site do MPMG e demais canais institucionais;
- O plano de comunicação será apresentado pela Vale até o dia 15/03, com informações sobre as datas em que se darão treinamentos e demais ações para segurança dos munícipes;
- 3) A Vale realizará na quinta-feira (14/03) reunião na sede da Associação Comunitária de Macacos para apresentação de documentos, planos e projetos que envolvem a barragem de rejeitos da localidade. Ainda, eventual necessidade de transporte de moradores será de responsabilidade da empresa;
- As reuniões realizadas na Promotoria de Justiça de Nova Lima servirão como base para discussão das demandas jurídicas de Macacos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5) Que a Vale informe ao Ministério Público, para o e-mail da promotoria de Nova Lima, semanalmente, escala de funcionários responsáveis, com poder de decisão e resolução das demandas materiais, contendo nome e telefone, para cada um dos hotéis e postos de atendimento. Ainda que seja afixada placa da Vale, em espaço comum do hotel e no local específico de atendimento, informando a pessoa de referência no dia e horário de atendimento. Realização de treinamento para os representantes da Vale para um melhor atendimento aos atingidos. A comunidade registra que necessita do atendimento presencial, de segunda a segunda, das 8h às 22h, ficando acordado que os atendimentos dar-se-ão de segunda a segunda, das 8h às 18h.
- 6) Na próxima quinta-feira Promotoras de Justiça Renata realizará visita ao local da atual sede da escola, com realização de conversa com os interessados e posterior realização de eleição;
- Considerando que a Vale não irá custear a assessoria independente para realização de estudo que ateste a segurança das residências, o Ministério Público tomará as medidas cabíveis;
- 8) Próxima reunião englobará na pauta a necessidade de auxílio financeiro aos moradores, o fornecimento pela Vale de mapas das barragens B3/B4 e Capão da Serra, obras viárias de acesso a Macacos, saúde. Para esta pauta, será convidado os Secretários Municipal de Obras e de Saúde;
- 9) A Vale encaminhará, até às 17 horas, a lista nominal das pessoas que pretende retirar dos hotéis no dia 17 de março, às 12 horas;
- 10) A Vale apresentará relação completa e nominal de todas as pessoas desalojadas em Macacos até as 11h e dos moradores que consideram em zona de autossalvamento até às 17 horas.

Estabelecido o encaminhamento. Prazo fixado.